

Sumário

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO.....	3
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	4
DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS.	5
BALANÇO PATRIMONIAL – BP.....	8
Balanço Patrimonial – Análise Vertical e Horizontal.....	11
Notas explicativas ao Balanço Patrimonial.....	12
Nota 1 – Análise das Variações do Ativo e do Passivo.....	13
Nota 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa:	13
Nota 3 – Créditos a Curto Prazo:	14
Nota 4 – Estoques:	14
Nota 5 – Variação Patrimonial Paga Antecipadamente:.....	14
Nota 6 – Dívida Ativa não Tributária:.....	15
Nota 7 – Bens Móveis:	15
Nota 8 – Depreciação de Bens Móveis.....	15
Nota 9 – Bens Imóveis.....	16
Nota 10 – Intangíveis.....	16
Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	16
Nota 12 – Obrigações de Curto e Longo Prazo	17
Nota 13 – Demais Obrigações a Curto Prazo	17
Nota 14 – Ajustes de Exercícios Anteriores	18
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP	18
Notas explicativas às Demonstrações das Variações Patrimoniais	19
Nota 15 – Variações Patrimoniais Aumentativas	19
Nota 16 – Variações Patrimoniais Diminutivas	20
Nota 17 – Resultado Patrimonial do Período	20
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	20
Notas explicativas ao Balanço Orçamentário	22
Nota 18 – Execução Orçamentária da RECEITA e sua composição.....	22
Nota 19 – Execução Orçamentária da DESPESA e composição das Despesas Correntes e das Despesas de Capital.....	22
Nota 20 – Execução Orçamentária de Restos a Pagar.....	23
BALANÇO FINANCEIRO – BF	24

Notas explicativas ao Balanço Financeiro	25
Nota 21 – Cálculo da Composição dos Itens	25
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC	28
Notas explicativas à Demonstração do Fluxo de Caixa.....	28
Nota 22 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.....	29
DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR.....	31
Restrição 029 – Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB.	31
Restrição 315– Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão. 31	
Restrição 318 – Não atendimento as orientações de órgão contábil ou setorial de contabilidade.	31
Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA.	32
Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB.	32
Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado.	32
Restrição 696 - Passivo Orçamentário X Execução Orçamentária	32
Restrição 772 - Controle DDR X Controle Orçamentário Liquidado	33

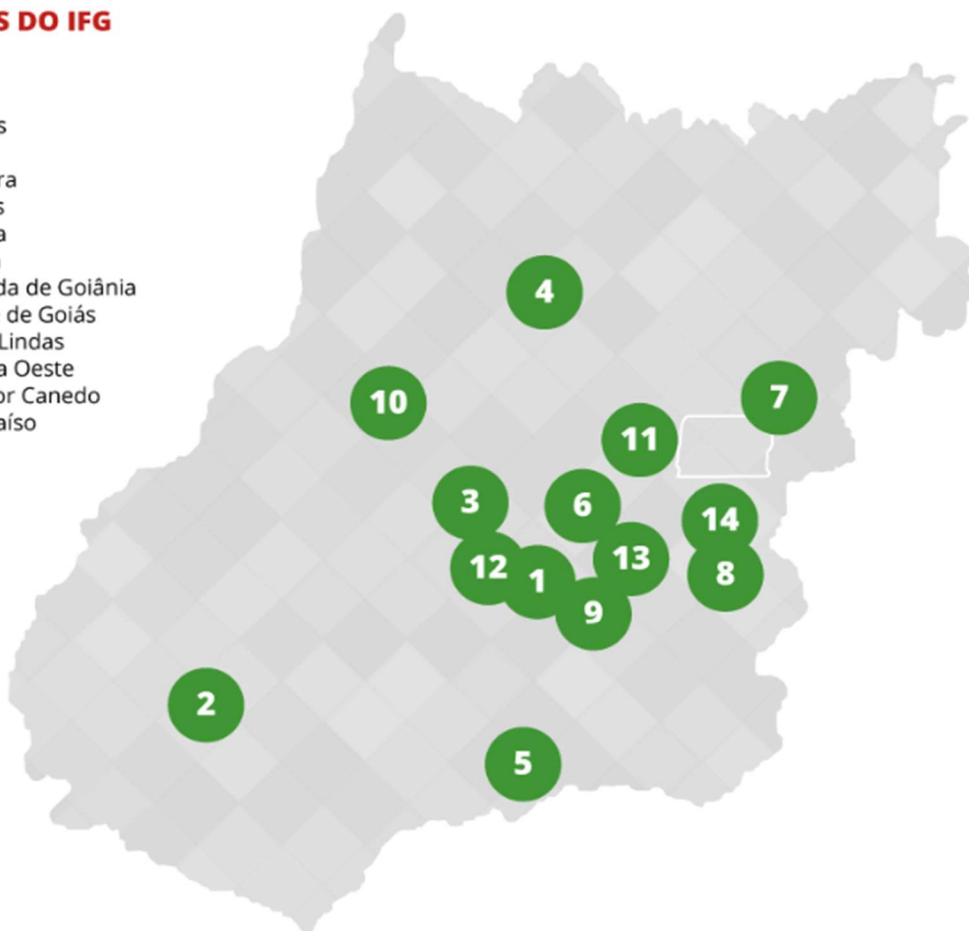
ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma Autarquia Federal pertencente à Administração Indireta vinculada ao Ministério da Educação, sendo composta em 2025 por 14 Câmpus e a Reitoria.

A figura a seguir mostra a distribuição geográfica dos Câmpus do IFG no estado de Goiás.

CÂMPUS DO IFG

- 1- Goiânia
- 2- Jataí
- 3- Inhumas
- 4- Uruaçu
- 5- Itumbiara
- 6- Anápolis
- 7- Formosa
- 8- Luziânia
- 9- Aparecida de Goiânia
- 10- Cidade de Goiás
- 11- Águas Lindas
- 12- Goiânia Oeste
- 13- Senador Canedo
- 14- Valparaíso



Fonte: <https://www.ifg.edu.br/campus>

Quadro 1 – Lista das Unidades Gestoras vinculadas Câmpus do Instituto Federal de Goiás		
CNPJ	UNIDAE / CÂMPUS	UG
10.870.883/0001-44	REITORIA	158153
10.870.883/0002-25	GOIÂNIA	158430
10.870.883/0003-06	JATAÍ	158431

10.870.883/0004-97	INHUMAS	158432
10.870.883/0005-78	ITUMBIARA	158433
10.870.883/0006-59	URUAÇU	158434
10.870.883/0009-00	ANÁPOLIS	158522
10.870.883/0007-30	FORMOSA	158523
10.870.883/0008-10	LUZIÂNIA	158524
10.870.883/0010-35	APARECIDA DE GOIÂNIA	158610
10.870.883/0011-16	CIDADE DE GOIÁS	158611
10.870.883/0014-69	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	158640
10.870.883/0013-88	GOIÂNIA OESTE	158641
10.870.883/0012-05	SENADOR CANEDO	158642
10.870.883/0015-40	VALPARAÍSO DE GOIÁS	15864

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As Demonstrações Contábeis elaboradas pelo Instituto Federal de Goiás estão em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986 e da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional, exceto no tocante a:

- Caixa e Equivalentes de Caixa:
 - Garantias
- Créditos a curto prazo:
 - Adiantamento a fundações de apoio para a execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão.
- Dívida ativa não tributária:
 - Até a data de encerramento do exercício, não foi apresentado documento gerencial de controle da dívida ativa não tributária que viabilize o registro dos saldos e ateste, com segurança e fidedignidade.
- Bens móveis e intangível:

- Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB e não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros).
- Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título e que, paralelamente, ateste com confiabilidade o saldo de bens não localizados e que permita a promoção de descontinuidade dos bens.
- Até a data de encerramento do exercício, não foram corrigidos problemas de cálculo do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem com confiabilidade a depreciação acumulada de bens móveis e a amortização acumulada de bens intangíveis.
- Conformidade de gestão:
 - Durante todo o exercício, foram apontadas ausências ou restrições no registro de conformidade de gestão em diversas unidades gestoras, de modo que a execução orçamentária, financeira e patrimonial não reflete, na sua totalidade e com confiabilidade, os atos e fatos de gestão.
- Atos potenciais:
 - Até a data de encerramento do exercício, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem, com fidedignidade, os atos potenciais das obrigações contratuais em execução.

DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS.

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Goiás, bem como nos demais Câmpus (Unidades Gestoras), tendo por base as normas contábeis e os procedimentos constantes no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

- Estoques:
 - Compreendem os produtos em almoxarifado (material de consumo). Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. Nas saídas, o método para mensuração e avaliação é o Custo Médio Ponderado.
- Imobilizado:

- O grupo do imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. São reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme estabelecido pela definição de Ativo.
- Depreciação de bens imóveis:
 - Os bens imóveis estão cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, sendo que a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser confrontada diretamente com a conta dos bens de forma que a conta de depreciação seja zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor depreciado dos bens imóveis da Unidade Prestadora de Contas (UPC) é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet.
- Depreciação de bens móveis:
 - A depreciação dos bens móveis é mensurada conforme estabelecido pela Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, que trata da Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações Públicas. A base de cálculo é o valor original do ativo imobilizado. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. A avaliação dos bens móveis não foi iniciada no âmbito do Instituto Federal de Goiás, conforme Manual elaborado pelo próprio Órgão, as diretrizes do Manual Siafi Macrofunções 02.03.43 – Bens Móveis e 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.
- Intangíveis:
 - Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada. No âmbito da UPC, a totalidade dos intangíveis está relacionada a Softwares, tanto de vida útil definida, os chamados softwares de prateleira, quanto de vida útil indefinida, que se referem aos sistemas desenvolvidos institucionalmente. O cálculo da

amortização está de acordo com os critérios estabelecidos pela Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

- Provisões:
 - As provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. As provisões estão segregadas no Instituto Federal de Goiás em apurações de encargos trabalhistas, férias e 13º salário e referente às ações judiciais. Estas são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as Unidades Gestoras vinculadas ao Instituto Federal de Goiás, e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que registram as informações da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As demonstrações contábeis estão relacionadas abaixo, que compõem as Notas Explicativas para o encerramento do exercício de 2025 do Instituto Federal de Goiás:

Demonstrações Contábeis:

Balanço Patrimonial - BP;
Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP;
Balanço Orçamentário - BO;
Balanço Financeiro - BF;
Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC;
Declaração do Contador.

BALANÇO PATRIMONIAL – BP

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2025

PERÍODO

DEZ(Encerrado)

EMISSÃO

28/01/2025

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO

2025

2024

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO

2025

2024

ATIVO CIRCULANTE	115.946.931,97	93.469.989,30	PASSIVO CIRCULANTE	296.990.712,93	203.688.254,84
Caixa e Equivalentes de Caixa	60.434.481,83	56.164.847,56	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	124.028.393,61	73.361.766,92
Créditos a Curto Prazo	53.480.467,35	35.072.105,85	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.492.734,54	8.673.828,02
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	845,78	-
Demais Créditos e Valores	53.480.467,35	35.072.105,85	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	53.480.467,35	35.072.105,85	Provisões a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	168.468.739,00	121.652.659,90
Estoques a Curto Prazo	2.029.482,91	2.229.285,97			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	2.499,88	3.749,92			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	802.117.386,77	765.207.988,22	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.151.223,00	286,10	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.151.223,00	286,10	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	1.150.936,90	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	1.150.936,90	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	286,10	286,10	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	286,10	286,10	Provisões a Longo Prazo	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	296.990.712,93	203.688.254,84
Participações Permanentes	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Propriedades para Investimento	-	-		2025	2024
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	621.073.605,81	654.989.722,68
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	-33.308.627,45	-12.034.538,40
Imobilizado	800.090.726,57	764.396.454,48	Resultados de Exercícios Anteriores	654.989.722,68	633.061.940,61
Bens Móveis	144.843.868,15	140.821.187,65	Ajustes de Exercícios Anteriores	-407.489,42	-33.962.320,47
Bens Móveis	146.484.464,89	140.821.187,65	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.640.798,74	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	621.073.605,81	654.989.722,68
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	655.247.058,42	623.775.268,83			
Bens Imóveis	656.516.209,92	624.594.537,29			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.269.151,50	-819.270,46			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 28/01/2026	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Intangível	875.437,20	811.247,64			
Softwares	875.437,20	811.247,64			
Softwares	875.437,20	811.247,64			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	918.064.318,74	858.677.977,52	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	918.064.318,74	858.677.977,52

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
	2025	2024		2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	60.434.481,83	56.164.847,56	PASSIVO FINANCEIRO	117.526.578,22	104.585.169,82
ATIVO PERMANENTE	857.629.836,91	802.513.129,96	PASSIVO PERMANENTE	201.870.272,21	140.231.287,26
			SALDO PATRIMONIAL	598.667.468,31	613.861.520,44

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	59.563.959,07	100.811.720,82	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	95.586.909,41	89.239.460,83
Atos Potenciais Ativos	59.563.959,07	100.811.720,82	Atos Potenciais Passivos	95.586.909,41	89.239.460,83
Garantias e Contragarantias Recebidas	38.623,47	38.623,47	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	59.525.335,60	100.773.097,35	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	205.292,44	226.742,44
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	95.381.616,97	89.012.718,39
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	59.563.959,07	100.811.720,82	TOTAL	95.586.909,41	89.239.460,83

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ- REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 26/01/2026	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-53.868.814,80
Recursos Vinculados	-3.223.281,59
Educação	-1.316.406,36
Seguridade Social (Exoeto Previdência)	-1.466.975,32
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-1.035.002,74
Fundos, Órgãos e Programas	595.191,83
TOTAL	-57.092.096,39

Balanco Patrimonial – Análise Vertical e Horizontal

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	%AH	%AV
ATIVO CIRCULANTE	115.946.931,97	93.469.989,30	24,05%	12,63%
Caixa e Equivalentes de Caixa	60.434.481,83	56.164.847,56	7,60%	6,58%
Créditos a Curto Prazo	53.480.467,35	35.072.105,85	52,49%	5,83%
Demais Créditos e Valores	53.480.467,35	35.072.105,85	52,49%	5,83%
Demais Créditos e Valores	53.480.467,35	35.072.105,85	52,49%	5,83%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	0,00%	0,00%
Estoques a Curto Prazo	2.029.482,91	2.229.285,97	-8,96%	0,22%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	0,00%	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	2.499,88	3.749,92	-33,34%	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	802.117.386,77	765.207.988,22	4,82%	87,37%
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.151.223,00	286,10	402284,83%	0,13%
Créditos a Longo Prazo	1.151.223,00	286,10	402284,83%	0,13%
Dívida Ativa Não Tributária	1.150.936,90	-	100,00%	0,13%
Dívida Ativa Não Tributária	1.150.936,90	-	100,00%	0,13%
Demais Créditos e Valores	286,10	286,10	0,00%	0,00%
Demais Créditos e Valores	286,10	286,10	0,00%	0,00%
Imobilizado	800.090.726,57	764.396.454,48	4,67%	87,15%
Bens Móveis	144.843.668,15	140.621.187,65	3,00%	15,78%
Bens Móveis	146.484.464,89	140.621.187,65	4,17%	15,96%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.640.796,74	-	100,00%	-0,18%
Bens Imóveis	655.247.058,42	623.775.266,83	5,05%	71,37%
Bens Imóveis	656.516.209,92	624.594.537,29	5,11%	71,51%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.269.151,50	-819.270,46	54,91%	-0,14%
Intangível	875.437,20	811.247,64	7,91%	0,10%
Softwares	875.437,20	811.247,64	7,91%	0,10%
Softwares	875.437,20	811.247,64	7,91%	0,10%
Diferido	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL DO ATIVO	918.064.318,74	858.677.977,52	6,92%	100,00%

Obs.: Excluídos os saldos zerados.

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	%AH	%AV
PASSIVO CIRCULANTE	296.990.712,93	203.688.254,84	45,81%	23,72%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	124.028.393,61	73.361.766,92	69,06%	13,51%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.492.734,54	8.673.828,02	-48,20%	0,49%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	845,78	-	100,00%	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	168.468.739,00	121.652.659,90	38,48%	18,35%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	296.990.712,93	203.688.254,84	45,81%	32,35%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	%AH	%AV
Resultados Acumulados (Nota 13)	621.073.605,81	654.989.722,68	-5,18%	67,65%
Resultado do Exercício	-33.308.627,45	-12.034.538,40	176,78%	-3,63%
Resultados de Exercícios Anteriores	654.989.722,68	633.061.940,61	3,46%	71,34%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-607.489,42	33.962.320,47	101,79%	-0,07%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	621.073.605,81	654.989.722,68	-5,18%	67,65%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	918.064.318,74	858.677.977,52	6,92%	100,00%

Obs.: Excluídos os saldos zerados.

Notas explicativas ao Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial do IFG em determinada data, normalmente ao final do exercício financeiro, em conformidade com o disposto no MCASP e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

O Ativo evidencia os recursos controlados pelo IFG, resultantes de eventos passados, dos quais se espera a obtenção de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. É classificado em

- Ativo Circulante: disponibilidades, créditos a curto prazo, estoques e demais ativos realizáveis até o término do exercício seguinte;
- Ativo Não Circulante: créditos a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

O Passivo evidencia as obrigações presentes do IFG, derivadas de eventos passados, cuja liquidação deverá resultar na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Classifica-se em:

- Passivo Circulante: obrigações exigíveis até o término do exercício seguinte;
- Passivo Não Circulante: obrigações exigíveis após o exercício seguinte, incluindo dívidas de longo prazo, provisões e precatórios.

O Patrimônio Líquido corresponde à diferença entre o ativo e o passivo, evidenciando o patrimônio social do IFG, acrescido ou reduzido dos resultados acumulados, representativos de superávits ou déficits apurados nos exercícios.

O Balanço Patrimonial, conforme o MCASP, tem por finalidade:

- Evidenciar a situação patrimonial e financeira do ente público;
- Permitir a avaliação da solvência e do endividamento;
- Demonstrar a evolução do patrimônio público;
- Subsidiar o controle interno, externo e social;
- Atender aos princípios da transparência e da accountability na gestão pública.

Nota 1 – Análise das Variações do Ativo e do Passivo

A presente nota explicativa tem por objetivo evidenciar a composição patrimonial e as principais variações ocorridas no Ativo e no Passivo, com base nas análises vertical (participação percentual das contas no total) e horizontal (evolução em relação ao exercício anterior), conforme demonstrado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.

O Ativo Total alcançou o montante de R\$ 918.064.318,74 em 2025, frente a R\$ 858.677.977,52 em 2024, representando uma variação horizontal positiva de 6,92%.

Análise Vertical:

- O Ativo Circulante somou R\$ 115.946.931,97, representando 12,63% do total, indicando estrutura patrimonial voltada majoritariamente para ativos de longo prazo.
- O Ativo Não Circulante totalizou R\$ 802.117.386,77, correspondendo a 87,37% do Ativo Total, evidenciando a predominância de bens e direitos de caráter permanente.

Análise Horizontal:

- O Ativo Circulante apresentou crescimento de 24,05%, impulsionado principalmente pelo aumento dos Créditos a Curto Prazo, que refletiram maior volume de valores a receber no exercício.
- O Ativo Não Circulante registrou variação positiva de 4,82%, decorrente, sobretudo, do comportamento das contas do Imobilizado, desconsiderando os efeitos das depreciações acumuladas.

Nota 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa:

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse subgrupo se subdivide em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento - Ordem Pagamento e Garantias.

As Garantias se referem aos depósitos em conta vinculada dos contratos contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra pactuados com o IFG, que passaram, em 2024, a serem reconhecidos no ativo e no passivo em decorrência do subitem 9.2 do Acórdão nº 2717/2023 – TCU-Plenário. Contudo, até a data de encerramento do exercício de 2025, os saldos do item Garantias não foram

conciliados com os saldos dos extratos bancários das respectivas contas vinculadas. De tal forma, os saldos desse item não refletem, com fidedignidade, os saldos das contas vinculadas dos contratos continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra pactuados com o IFG.

OS Recursos Liberados pelo Tesouro e outros Órgãos representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento. Os valores relativos aos Recursos Liberados pelo Tesouro evidenciam o pagamento da folha de pessoal que ocorreu no mês subsequente, repasse de financeiro da Lei Orçamentária Anual – LOA e de recursos do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC e arrecadação de recursos próprios.

Nota 3 – Créditos a Curto Prazo:

Nesta nota explicativa analisamos os itens mais significativos que fazem parte da composição do saldo de Créditos a Curto Prazo. No encerramento do exercício de 2025, houve um acréscimo de 52,49% em relação ao período anterior. Sendo justificada esta variação por conta de adiantamento dos valores aplicados nas fundações de apoio para a execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão (Adiantamento a Prestadores de Serviços e a Fornecedores),

Nota 4 – Estoques:

O IFG armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração em Almoxarifado/Material de Consumo. Até o encerramento do exercício de 2025 não foi realizado inventário consolidado do IFG para regularização destas contas.

No encerramento do exercício de 2025, constatamos que os estoques do IFG sofreram uma redução de acréscimo de 8,96% em relação ao período anterior. O volume de aquisição de Materiais de Consumo manteve-se estável ao longo do exercício de 2025. A redução de materiais armazenados possui lastro quando da introdução da política e uso do Almoxarifado Virtual Nacional e processo contínuo de digitalização de serviços.

Nota 5 – Variação Patrimonial Paga Antecipadamente:

As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes, como prêmios de seguros, aluguéis pagos antecipadamente, assinaturas de periódicos e anuidades etc. As despesas do exercício foram apresentadas no balanço pelas importâncias

aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência, representando uma redução e 33,34% em comparação ao exercício anterior.

Nota 6 – Dívida Ativa não Tributária:

No exercício de 2025, conforme Comunica SIAFI nº 2025/4209239 - Registro de Créditos a Receber - Dívida da Ativa da União e Outros Créditos, o IFG realizou o registro dos créditos apurados pela Procuradoria Geral Federal (PGF) e Advocacia Geral da União (AGU) apurado no endereço eletrônico: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNDljMTdjZjYtNjQwZS00ODU4LWE5N2EtMjM1ZTUyYzBiYWl0liwidCI6IjRkNzlkMzdhLTFlNGUtNGEzOS05ZmRlLWYxNjMxY2I2MDdkNCJ9>, com o estoque da dívida ativa para o IFG no valor de R\$ 1.150.936,90 (um milhão, cento e cinquenta mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa centavos), sendo este valor relativo ao estoque final referente ao ano de 2024. Neste contexto o IFG, por motivos informacionais e dificuldade na busca dos dados, deixou de registrar o aumento ou a redução do estoque da dívida referente ao ano de 2025.

Nota 7 – Bens Móveis:

Os Bens Móveis do IFG em 31/12/2025 totalizavam, pelo custo de aquisição, R\$ 144.843.668,15 (cento e quarenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos) e estão distribuídos em diversas contas contábeis, sendo de maior representatividade o investimento em máquinas, aparelhos, equipamentos, bens de informática e móveis e utensílios.

Ao longo do exercício de 2025 podemos observar que os bens móveis sofreram um acréscimo de 4,17% em relação a 2024.

OBS (1): para os valores contabilizados como bens móveis foram desconsideradas a Depreciação e a Amortização exceto os a conta de veículos patrimoniados na reitoria.

OBS (2): Até o encerramento do exercício de 2025 não foi realizado inventário consolidado do IFG para regularização destas contas.

Nota 8 – Depreciação de Bens Móveis

Até o encerramento de 2025 o valor de depreciação mensal de todas as contas no Relatório de Bens Móveis apareceu com os valores divergentes no que diz respeito ao controle patrimonial e ao SIAFI. Além disso, em algumas contas contábeis apareceram outras diferenças que até o encerramento do exercício não foram sanadas. Foram abertos chamados para o analista responsável pelo desenvolvimento da solução própria de controle do patrimônio para resolver estas inconsistências, porém continuam pendentes. Em decorrência, os saldos

contábeis em 31/12/2025 das contas de depreciação dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial, e, em virtude dos problemas relatados e da não implantação total do SIADS no IFG, toda a depreciação foi estornada com exceção da depreciação acumulada na conta de veículos da UASG 158153.

Desta forma a depreciação de bens moveis teve variação positiva em relação a 2024 de 100% partindo de R\$ 0,00 (zero reais) para R\$ 1.640.796,74 (um milhão seiscentos e quarenta mil, setecentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos).

Nota 9 – Bens Imóveis

No encerramento do exercício de 2025, em relação ao encerramento do exercício de 2024, os “Bens Imóveis” apresentaram um acréscimo de 5,05%. Destacamos a representatividade na composição dos itens patrimoniais relacionados a Obras, Projetos e Instalações dos sistemas de combate a incêndio do Instituto Federal de Goiás (das obras dos blocos acadêmicos dos Câmpus Goiânia Oeste e Senador Canedo, dos restaurantes estudantis dos Câmpus Goiânia, Águas Lindas, Anápolis, Formosa, Goiânia Oeste e Inhumas e de reestruturação elétrica).

Na Depreciação Acumulada Bens Imóveis considerando o encerramento do exercício de 2025 com relação ao de 2024 teve um aumento de 54,91%, variando de R\$ 819.270,46 (oitocentos e dezenove mil, duzentos e setenta reais e quarenta e seis centavos) em 2024 para R\$ 1.269.151,50 (um milhão seiscentos e nove mil, cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos) em 2025.

Nota 10 – Intangíveis

No encerramento do exercício de 2025, em relação ao encerramento do exercício de 2024, os “Bens Intangíveis” apresentaram variação positiva de 7,91%, passando de R\$ 811.247,64 (oitocentos e onze mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) em 2024 para R\$ 875.437,20 (oitenta e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte centavos) em 2025.

Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Em sua maior parte, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, em 31/12/2025, correspondem à folha de pagamento do mês de dezembro, cujo pagamento ocorreu no mês subsequente. Houve um acréscimo de 69,06% no total das obrigações, quando comparadas ao exercício de 2024, cuja origem é lastreada no reajuste salariais, progressões funcionais, cumprimento dos acordos de greve.

Nota 12 – Obrigações de Curto e Longo Prazo

No encerramento do exercício de 2025, o IFG apresentou um saldo de R\$ 4.492.734,54 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e dois mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar, sendo a integralidade desse valor de Curto Prazo. Representa um decréscimo de 48,20%, resultado da execução de contratos de mão de obra e obras com recursos de emendas parlamentares e o reconhecimento, ao fim do exercício, de despesas contratuais referentes ao mês de dezembro e esforços do cumprimento da obrigação de pagar dentro do exercício de 2025.

Em comparação ao exercício anterior, o IFG registrou acréscimo de 38,48% nas demais obrigações a curto prazo nos compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do IFG. As transferências financeiras a comprovar - TED passaram a ser registrados no Passivo a partir do Exercício de 2019 em contrapartida ao registro de Ativo na UG Descentralizadora e representam 18,35% do Passivo.

Na tabela abaixo estão demonstradas as Unidades Gestoras (UGs) com os valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base em 31/12/2025. A UG 158153 – Instituto Federal de Goiás/Reitoria é responsável por 83% do total a ser pago a fornecedores. Esse percentual deve-se ao fato da responsabilidade pela execução orçamentária e financeira das obras de construção em alguns Câmpus, Convênios, Fundações de Apoio à Pesquisa e por contratos executados de forma centralizada, como manutenção da frota de veículos, biblioteca virtual etc.

Contas a Pagar - Por UG Contratante

Unidades Gestoras		Saldo - R\$	
		Curto Prazo	AV%
158153	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE GOIAS	4.137.919,03	83%
158524	INST.FED.DE GOIAS/CAMPUS LUZIANIA	216.165,96	4%
158640	INST.FED.DE GOIAS/CAMPUS ÁGUAS LINDAS	117.276,86	2%
158643	INST.FED.DE GOIAS/CAMPUS VALPARAISO	98.421,37	2%
158433	INST.FED.DE GOIAS/CAMPUS ITUMBIARA	96.231,88	2%
Demais UGs vinculadas ao Instituto Federal de Goiás		335.523,55	7%
Total		5.001.538,65	

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI 2026.

Nota 13 – Demais Obrigações a Curto Prazo

No encerramento do exercício de 2025, o IFG apresentou um saldo de R\$ 168.468.739,00 (cento e sessenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e nove reais), representando um acréscimo de 38,48% em

relação ao encerramento de 2024. Sendo o aumento justificado pelas demais obrigações a curto prazo nos compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do IFG e as transferências financeiras a comprovar – TED.

Nota 14 – Ajustes de Exercícios Anteriores

No encerramento do exercício de 2025, o IFG apresentou um saldo negativo de R\$ 607.489,42 (seiscentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos) relacionado a Ajustes de Exercícios Anteriores. A quase totalidade desse valor é decorrente da reclassificação dos saldos da conta 237110300 – Ajustes de Exercícios Anteriores para a conta 237110201 – Superávits ou Déficits Exercício, também do impacto negativo da regularização da depreciação acumulada na conta 123110503 – Veículos de Tração Mecânica patrimoniados nas UG 158153 e o impacto positivo do registro dos créditos receber inscritos em Dívida Atia da União, conforme comunica 2025/3836325.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	%AH	%AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (Nota 14)	810.519.537,37	706.501.563,40	14,72%	100,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	792.194,47	1.850.165,83	-57,18%	0,10%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	792.194,47	1.850.165,83	-57,18%	0,10%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	593,98	369,07	60,94%	0,00%
Juros e Encargos de Mora	593,98	369,07	60,94%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	770.150.131,05	698.734.345,27	10,22%	95,02%
Transferências Intragovernamentais	766.219.079,47	697.188.150,49	9,90%	94,53%
Transferências Intergovernamentais	580.000,00	700.080,28	-17,15%	0,07%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.351.051,58	846.114,50	296,05%	0,41%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	39.228.156,47	5.591.248,64	601,60%	4,84%
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.289.232,70	21.450,00	5910,41%	0,16%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	37.938.923,77	5.569.798,64	581,15%	4,68%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	348.461,40	325.434,59	7,08%	0,04%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	348.461,40	325.434,59	7,08%	0,04%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (Nota 15)	843.828.164,82	718.536.101,80	17,44%	100,00%
Pessoal e Encargos	572.430.202,80	487.532.865,94	17,41%	67,84%
Remuneração a Pessoal	459.207.852,27	387.224.704,05	18,59%	54,42%
Encargos Patronais	84.215.960,13	73.938.649,39	13,90%	9,98%
Benefícios a Pessoal	29.004.739,36	26.347.192,50	10,09%	3,44%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.651,04	22.320,00	-92,60%	0,00%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	83.497.756,11	74.660.427,15	11,84%	9,90%
Aposentadorias e Reformas	72.349.714,29	64.522.175,19	12,13%	8,57%
Pensões	11.082.101,32	10.096.069,31	9,77%	1,31%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	65.940,50	42.182,65	56,32%	0,01%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	55.241.690,37	46.679.335,40	18,34%	6,55%

Uso de Material de Consumo	2.660.511,93	1.296.999,62	105,13%	0,32%
Serviços	52.000.527,73	45.029.688,84	15,48%	6,16%
Depreciação, Amortização e Exaustão	580.650,71	352.646,94	64,65%	0,07%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	214.986,82	535.677,56	-59,87%	0,03%
Juros e Encargos de Mora	212.854,53	531.680,74	-59,97%	0,03%
Descontos Financeiros Concedidos	2.132,29	3.996,82	-46,65%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	54.313.783,56	47.501.088,14	14,34%	6,44%
Transferências Intragovernamentais	50.961.711,40	47.121.806,66	8,15%	6,04%
Transferências a Instituições Privadas	77.682,00	87.800,90	-11,52%	0,01%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.274.390,16	291.480,58	1023,36%	0,39%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	62.409.962,92	47.242.514,86	32,11%	7,40%
Incorporação de Passivos	62.382.086,71	46.591.732,20	33,89%	7,39%
Desincorporação de Ativos	27.876,21	650.782,66	-95,72%	0,00%
Tributárias	151.280,37	63.448,95	138,43%	0,02%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	131.393,79	48.578,27	170,48%	0,02%
Contribuições	19.886,58	14.870,68	33,73%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	15.568.501,87	14.320.743,80	8,71%	1,84%
Incentivos	8.119.705,84	7.159.521,76	13,41%	0,96%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.448.796,03	7.161.222,04	4,02%	0,88%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (Nota 16)	-33.308.627,45	-12.034.538,40	176,78%	////////

Obs.: Excluídos os saldos zerados.

Notas explicativas às Demonstrações das Variações Patrimoniais

Nota 15 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs), o item mais expressivo que contribuiu para o resultado no encerramento do exercício de 2025 foi o de “Transferências e Delegações Recebidas”, com R\$ 770.150.131,05 (setecentos e setenta milhões, cento e cinquenta mil, cento e trinta e um reais e cinco centavos) representando 5,02% do total das VPAs, e a maior parte desses recursos é de “Repasse Recebido, de recursos financeiros provenientes da UG 150014 - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO/MEC.

Outro ponto a destacar está a “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”, que teve uma variação positiva de 601,60%, partindo de R\$ 5.591.248,64 (cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) em 2024 para R\$ 39.228.156,48 (trinta e nove milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e seis reais) em 2025, estando relacionados com valores oriundos de termos de execução descentralizada que ainda não foram finalizados e estão aguardando a finalização, comprovação e aprovação das prestações de contas para serem devidamente regularizados.

Nas VPAs relacionadas a exploração de bens, serviços e direitos percebemos um decréscimo na ordem de 57,18%, redução motivada por meio de valores arrecadados com ressarcimento institucional das fundações de apoio.

Nota 16 – Variações Patrimoniais Diminutivas

As “Variações Patrimoniais Diminutivas”, apresentam um saldo de R\$ 843.828.164,82 (oitocentos e quarenta e três milhões, oitocentos e vinte e oito mil cento e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) em 31/12/2025, o que representa um aumento de 17,44% em relação ao encerramento de 2024. O item que representou o valor mais expressivo no montante das VPDs foi o de “Pessoal e Encargos”, com R\$ 572.430.202,80 (quinhentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e dois reais e oitenta centavos) correspondendo a 67,84% do total das VPDs de 2025.

Nota 17 – Resultado Patrimonial do Período

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFG e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o IFG, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Instituto Federal de Goiás apresentou, no encerramento do exercício de 2025, um resultado patrimonial negativo de aproximadamente R\$ 33.308.627,45 (trinta e três milhões, trezentos e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos) em relação ao resultado apresentado em 2024, representado uma variação significativa na ordem dos 176,78%.

Em 2025, as variações VPAs foram menores que VPDs. As VPAs representaram um acréscimo da ordem de 14,72% e as VPDs da ordem de 17,44% em relação ao mesmo período de 2024.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Balanço Orçamentário

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	923.233,00		923.233,00		1.355.213,87	431.980,87
Receita Patrimonial	51.494,00		51.494,00		41.071,92	-10.422,08
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	51.494,00		51.494,00		41.071,92	-10.422,08
Receita de Serviços	845.064,00		845.064,00		733.659,32	-111.404,68
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	845.064,00		845.064,00		733.659,32	-111.404,68
Transferências Correntes					580.000,00	580.000,00
Outras Receitas Correntes	26.675,00		26.675,00		482,63	-26.192,37
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	26.675,00		26.675,00		482,63	-26.192,37
SUBTOTAL DAS RECEITAS	923.233,00		923.233,00		1.355.213,87	431.980,87
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	923.233,00		923.233,00		1.355.213,87	431.980,87
DÉFICIT					726.699.078,68	726.699.078,68
TOTAL	923.233,00		923.233,00		728.054.292,55	727.131.059,55
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-		88.688.314,00		-	-88.688.314,00
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	601.247.714,00	686.555.793,00	702.142.344,24	692.982.964,17	608.169.630,06	-15.586.551,24
Pessoal e Encargos Sociais	508.097.631,00	592.243.711,00	591.508.740,70	591.508.740,70	512.204.138,12	734.970,30
Outras Despesas Correntes	93.150.083,00	94.312.082,00	110.633.603,54	101.474.223,47	95.965.491,94	-16.321.521,54
DESPESAS DE CAPITAL	2.403.000,00	5.783.235,00	25.911.948,31	17.069.877,72	16.044.598,30	-20.128.713,31
Investimentos	2.403.000,00	5.783.235,00	25.911.948,31	17.069.877,72	16.044.598,30	-20.128.713,31
SUBTOTAL DAS DESPESAS	603.650.714,00	692.339.028,00	728.054.292,55	710.052.841,89	624.214.228,36	-35.715.264,55
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	603.650.714,00	692.339.028,00	728.054.292,55	710.052.841,89	624.214.228,36	-35.715.264,55
TOTAL	603.650.714,00	692.339.028,00	728.054.292,55	710.052.841,89	624.214.228,36	-35.715.264,55
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.651.051,60	16.991.800,75	16.173.051,58	15.618.133,84	681.826,06	2.342.892,45
Outras Despesas Correntes	1.651.051,60	16.991.800,75	16.173.051,58	15.618.133,84	681.826,06	2.342.892,45
DESPESAS DE CAPITAL	2.342.848,40	20.874.457,32	20.534.097,35	20.122.395,24	58.494,36	3.036.416,12
Investimentos	2.342.848,40	20.874.457,32	20.534.097,35	20.122.395,24	58.494,36	3.036.416,12
TOTAL	3.993.900,00	37.866.258,07	36.707.148,93	35.740.529,08	740.320,42	5.379.308,57
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	4.242.313,26	54.147.660,18	52.796.368,90	2.273.738,71	3.319.865,83	
Pessoal e Encargos Sociais	73.455,15	46.739.985,78	46.739.154,44	0,01	74.286,48	
Outras Despesas Correntes	4.168.858,11	7.407.674,40	6.057.214,46	2.273.738,70	3.245.579,35	
DESPESAS DE CAPITAL	450.591,34	3.184.854,77	3.125.893,66	-	509.552,45	

Investimentos	450.591,34	3.184.854,77	3.125.893,66	-	509.552,45
TOTAL	4.692.904,60	57.332.514,95	55.922.262,56	2.273.738,71	3.829.418,28

Obs.: Excluídos os saldos zerados.

Notas explicativas ao Balanço Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Até o quarto trimestre de 2025 as receitas realizadas foram R\$ 1.355.213,87 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e treze reais e oitenta e sete centavos), enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 728.054.841,89 (setecentos e vinte e oito milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos).

Nota 18 – Execução Orçamentária da RECEITA e sua composição

No encerramento do exercício de 2025, em relação às receitas realizadas (arrecadadas), observamos um superávit na arrecadação de R\$ 431.980,87 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos) representando uma arrecadação 46,79% maior que a Previsão Atualizada da arrecadação.

Nota 19 – Execução Orçamentária da DESPESA e composição das Despesas Correntes e das Despesas de Capital

Execução das Despesas:

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. O empenho de despesas no período em análise somou a quantia de R\$ 728.054.841,89 (setecentos e vinte e oito milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de assegurar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

É possível declarar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade

pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública.

As despesas de Correntes representam 96,44% do montante empenhado no exercício e as Despesas de Capital representam 3,56%. A despesa empenhada com maior preponderância no universo da referida categoria econômica foi “Pessoal e Encargos Sociais”, o qual somou a quantia aproximada de R\$ 591.508.740,70 (quinhentos e noventa e um milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e quarenta reais e setenta centavos) o que representou um total de 81,25% das despesas do órgão ao longo do exercício de 2025.

Despesas Correntes

Com relação à análise das despesas correntes, detalhamos o grupo “Outras Despesas Correntes” do total empenhado, o maior volume de gastos se concentrou nos dois primeiros elementos, Outros Serviços Terceiros PJ e Locação de Mão- de-Obra.

Despesas de Capital

Nesta análise destacamos a execução das “Despesas de Capital” empenhadas, que corresponderam a um total de 448,05% da dotação atualizada, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, esta variação provém de forma significativa de créditos orçamentários oriundos de Termos de Execução Descentralizada.

Para detalhar a análise sobre um percentual acima dos 100% executados nas Despesas de Capital, destacamos o orçamento recebido de outros Órgãos, mais especificamente, os Termos de Execução Descentralizada – TEDs, que totaliza R\$ 20.128.713,31 (vinte milhões, cento e vinte e oito mil, setecentos e treze reais e trinta e um centavos), representando 77,68% do total empenhando para Investimento.

Do total empenhado, o maior volume se concentrou em obras, com R\$ 32,844 milhões, o que representou 82,24% do total.

Nota 20 – Execução Orçamentária de Restos a Pagar

Para elaboração desta nota explicativa, considerou-se os saldos de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos no encerramento do exercício de 2025. Esta posição abrange todas as Unidades Gestoras Executoras vinculadas ao Instituto Federal de Goiás.

No Órgão 26429 – Instituto Federal de Goiás, a Reitoria (UG 158153) possui o maior volume de restos a pagar inscritos em restos a pagar não processados, quando

considerado todo o estoque de restos a pagar não processados proveniente de sua unidade orçamentária (UO), detendo 70,27% do total, uma vez que as despesas relacionadas a folha de pagamento e seus encargos são executadas na Reitoria. Um outro aspecto que eleva este índice é a execução de alguns contratos de serviços, tais como, manutenção de veículos, sistemas acadêmicos, biblioteca etc., estar centralizados na Reitoria do IFG.

BALANÇO FINANCEIRO – BF

Ingressos

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	%AH	%AV
Receitas Orçamentárias	1.355.213,87	2.601.266,34	-47,90%	0,15%
Recursos Vinculados	2.214.118,18	2.605.935,82	-15,04%	0,24%
Fundos, Órgãos e Programas	2.214.109,18	2.605.664,79	-15,03%	0,24%
Recursos Não Classificados	9,00	271,03	-96,68%	0,00%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-858.904,31	-4.669,48	18294,00%	-0,09%
Transferências Financeiras Recebidas	766.021.462,27	697.187.389,45	9,87%	82,15%
Resultantes da Execução Orçamentária	714.006.571,77	633.488.138,53	12,71%	76,57%
Repasso Recebido	674.161.962,98	597.349.403,83	12,86%	72,30%
Sub-repasso Recebido	39.844.608,79	36.138.734,70	10,25%	4,27%
Independentes da Execução Orçamentária	52.014.890,50	63.699.250,92	-18,34%	5,58%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	43.669.614,79	46.265.326,92	-5,61%	4,68%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8.345.275,71	17.433.924,00	-52,13%	0,89%
Recebimentos Extraorçamentários	108.967.397,82	96.314.575,74	13,14%	11,69%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	85.838.613,53	56.094.240,81	53,03%	9,21%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	18.001.450,66	37.866.258,07	-52,46%	1,93%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.639.499,58	2.083.506,88	122,68%	0,50%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	487.834,05	270.569,98	80,30%	0,05%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,87	-	0,00%	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	363.903,69	270.569,98	34,50%	0,04%
Demais Recebimentos	123.929,49	-	0,00%	0,00%
Saldo do Exercício Anterior	56.164.847,56	46.091.865,40	21,85%	6,02%
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.164.847,56	46.091.865,40	21,85%	6,02%
TOTAL	932.508.921,52	842.195.096,93	10,72%	100,00%

Obs.: Excluídos os saldos zerados.

Dispêndios

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	%AH	%AV
Despesas Orçamentárias	728.054.292,55	644.231.103,57	13,01%	78,07%
Recursos Não Vinculados	644.088.487,33	558.220.285,08	15,38%	69,07%

Recursos Vinculados	83.965.805,22	86.010.818,49	-2,38%	9,00%
Educação	1.748.320,21	6.394.780,20	-72,66%	0,19%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	216.758,37	0,00%	0,00%
Previdência Social (RPPS)	81.442.400,36	74.627.773,24	9,13%	8,73%
Fundos, Órgãos e Programas	775.084,65	4.771.506,68	-83,76%	0,08%
Transferências Financeiras Concedidas	50.764.094,20	47.086.016,02	7,81%	5,44%
Resultantes da Execução Orçamentária	40.157.945,52	36.171.238,61	11,02%	4,31%
Repasse Concedido	313.336,73	32.503,91	864,00%	0,03%
Sub-repasse Concedido	39.844.608,79	36.138.734,70	10,25%	4,27%
Independentes da Execução Orçamentária	10.606.148,68	10.914.777,41	-2,83%	1,14%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.049.025,62	10.571.501,35	-4,94%	1,08%
Demais Transferências Concedidas	1.338,59	-	0,00%	0,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	555.784,47	343.276,06	61,91%	0,06%
Pagamentos Extraorçamentários	93.256.052,94	94.713.129,78	-1,54%	10,00%
Pagamento de Restos a Pagar Processados	55.922.262,56	69.942.361,17	-20,05%	6,00%
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	35.740.529,08	24.027.865,19	48,75%	3,83%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.593.261,30	659.020,54	141,76%	0,17%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	83.882,88	0,00%	0,00%
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	48.853,28	0,00%	0,00%
Demais Pagamentos	-	35.029,60	0,00%	0,00%
Saldo para o Exercício Seguinte	60.434.481,83	56.164.847,56	7,60%	6,48%
Caixa e Equivalentes de Caixa	60.434.481,83	56.164.847,56	7,60%	6,48%
TOTAL	932.508.921,52	842.195.096,93	10,72%	100,00%

Obs.: Excluídos os saldos zerados.

Notas explicativas ao Balanço Financeiro

De acordo com o Artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

Nota 21 – Cálculo da Composição dos Itens

Ingressos

As receitas próprias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos, decorrentes do seu esforço institucional. Incluem prestação de serviços, inscrições em cursos e concursos, cessão de espaço físico etc. No IFG elas correspondem a 0,24% do total de ingressos, o que demonstra a sua grande

dependência das transferências financeiras recebidas do Ministério da Educação, em razão de sua natureza jurídica de autarquia federal.

Em comparação ao exercício anterior, as receitas orçamentárias apresentaram uma redução de 47,90%, reduzindo de R\$ 2.601.266,34 (dois milhões, seiscentos e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos) no final de 2024 para R\$ 1.355.213,87 (um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e treze reais e oitenta e sete centavos), decorrente basicamente de R\$ 858.904,31 (oitocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quatro reais e trinta e um centavos) de Deduções da Receita Orçamentária.

As transferências financeiras recebidas, que totalizam R\$ 766.021.462,27 (setecentos e sessenta e seis milhões, vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos) e representam as transferências intragovernamentais repassadas para o IFG pelo Ministério da Educação e outros órgãos, decorrentes da LOA, emendas parlamentares e termos de execução descentralizada (TEDs).

As transferências financeiras recebidas são compostas por valores resultantes da execução orçamentária, R\$ 714.006.571,77 (setecentos e quatorze milhões, seis mil e quinhentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos), os quais são destinados aos pagamentos de despesas empenhadas no exercício e representam as disponibilidades financeiras recebidas como contrapartida dos créditos orçamentários reconhecidos em balanço orçamentário e representam 76,57% dos ingressos para o IFG. Também compõem as transferências financeiras recebidas os valores recebidos independentes da execução orçamentária, R\$ 52.014.890,50 (cinquenta e dois milhões, quatorze mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta centavos), que são destinados aos pagamentos de restos a pagar e movimentação de saldos patrimoniais.

Os recebimentos extraorçamentários, cujo valor atingiu R\$ 108.967.397,82 (cento e oito milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos) e representam 11,69% dos ingressos. Cabe destacar que tais recebimentos não representam necessariamente aportes financeiros em espécie na composição das disponibilidades do órgão, pois os principais elementos de formação deste grupo decorrem de inscrição de restos a pagar processados, no valor total de R\$ 85.838.613,53 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e oito reais, seiscentos e treze reais e cinquenta e três centavos), e inscrição de restos a pagar não processados, da ordem de R\$ 18.001.450,66 (dezoito milhões, um mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos), que correspondem, respectivamente, aos empenhos liquidados a pagar e aos empenhos a liquidar do exercício anterior.

Portanto, refletem o reconhecimento de ingressos apenas para fins de equilíbrio do balanço financeiro com os dispêndios realizados, já que as fases de empenho e liquidação das despesas antecedem os recebimentos dos recursos para seus pagamentos.

Dispêndios

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. Há de se destacar o montante desembolsado referente às Despesas Orçamentárias, que representam 78,07% do total do período e um acréscimo de 13,01%, correspondendo a valores da ordem de R\$ 728.054.292,55 (setecentos e vinte e oito milhões, cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Tais valores incluem os desembolsos financeiros para quitar despesas de pessoal, despesas de custeio e investimentos.

Dividem-se em ordinárias, que correspondem às despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, utilizadas para atender quaisquer finalidades, e vinculadas, que são as despesas orçamentárias cuja aplicação é definida na Lei Orçamentária Anual, de acordo com sua origem.

As transferências financeiras concedidas totalizam R\$ 50.764.094,20 (cinquenta milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, noventa e quatro reais e vinte centavos) e representam 5,44% dos dispêndios e majoritariamente são destinadas às liberações de recursos financeiros realizadas pela Reitoria para os campi executores cumprirem seus compromissos financeiros, tanto referentes ao orçamento do exercício quanto referentes aos restos a pagar. Esse subgrupo evita a dupla contagem, já que corresponde às parcelas dos Sub-repasses Recebidos que são distribuídas para as unidades do mesmo órgão.

Nos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários o saldo de crédito empenhado a liquidar do exercício, em atendimento ao Art. 103 da Lei nº 4.320/1964, que dispõe que “os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do Art. 35, II, da Lei nº 4.320/1964.

Os pagamentos extraorçamentários representam 11,25% do total dos pagamentos financeiros e compreendem as devoluções de recursos referentes a cauções e, principalmente, o pagamento dos Restos a Pagar de exercícios anteriores. Os pagamentos de restos a pagar processados e não processados totalizaram 9,83%, correspondendo a R\$ 91.662.791,64 (noventa e um milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos).

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS				
	2025	2024	%AH	%AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	43.562.521,47	40.980.513,14	6,30%	-
INGRESSOS OPERACIONAIS	772.504.008,90	702.142.732,65	10,02%	100,00%
Receita Patrimonial	41.071,92	54.582,37	-24,75%	0,01%
Receita de Serviços	733.659,32	1.791.739,08	-59,05%	0,09%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	482,63	54.864,61	-99,12%	0,00%
Transferências Recebidas	580.000,00	700.080,28	-17,15%	0,08%
Intergovernamentais Recebidas	580.000,00	700.080,28	-17,15%	0,08%
Dos Estados e/ou Distrito Federal	580.000,00	700.040,28	-17,15%	0,08%
Dos Municípios	-	40,00	0,00%	0,00%
Outros Ingressos Operacionais	771.148.795,03	699.541.466,31	10,24%	99,82%
Ingressos Extraorçamentários	4.639.499,58	2.083.506,88	122,68%	0,60%
Transferências Financeiras Recebidas	766.021.462,27	697.187.389,45	9,87%	99,16%
Arrecadação de Outra Unidade	363.903,69	270.569,98	34,50%	0,05%
Demais Recebimentos	123.929,49	-	0,00%	0,02%
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-728.941.487,43	-661.162.219,51	10,25%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-602.019.899,29	-541.655.230,06	11,14%	82,59%
Administração	-	-571.856,00	100,00%	0,00%
Segurança Pública	-2.096.818,68	-	100,00%	0,29%
Previdência Social	-85.100.298,88	-76.932.850,04	10,62%	11,67%
Educação	-502.314.233,67	-459.994.415,42	9,20%	68,91%
Cultura	-3.642.706,00	-1.443.103,00	152,42%	0,50%
Direitos da Cidadania	-7.506.142,81	-1.623.852,44	362,24%	1,03%
Agricultura	-1.359.700,12	-1.040.299,88	30,70%	0,19%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,87	-48.853,28	-100,00%	0,00%
Transferências Concedidas	-74.564.232,64	-71.726.923,29	3,96%	10,23%
Intragovernamentais Concedidas	-74.486.550,64	-71.639.122,39	3,97%	10,22%
Outras Transferências Concedidas	-77.682,00	-87.800,90	-11,52%	0,01%
Outros Desembolsos Operacionais	-52.357.355,50	-47.780.066,16	9,58%	7,18%
Dispêndios Extraorçamentários	-1.593.261,30	-659.020,54	141,76%	0,22%
Transferências Financeiras Concedidas	-50.764.094,20	-47.086.016,02	7,81%	6,96%
Demais Pagamentos	-	-35.029,60	100,00%	0,00%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-39.292.887,20	-30.907.530,98	27,13%	
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-39.292.887,20	-30.907.530,98	27,13%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-38.464.928,75	-30.443.438,89	26,35%	100,00%
Outros Desembolsos de Investimentos	-827.958,45	-464.092,09	78,40%	100,00%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	0,00%	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.269.634,27	10.072.982,16	-57,61%	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	56.164.847,56	46.091.865,40	21,85%	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	60.434.481,83	56.164.847,56	7,60%	-

Obs.: Excluídos os saldos zerados.

Notas explicativas à Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classificam em fluxos operacionais, de investimentos e de financiamentos. A DFC busca demonstrar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como esses recursos de caixa foram

utilizados para alcançar sua finalidade pública, oferecendo, com isso, suporte de informações para prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão dos gestores públicos.

A abrangência de análise da DFC no IFG deve considerar sua natureza jurídica, ou seja, uma autarquia federal multicampi e descentralizada, voltada à oferta gratuita de educação superior, básica, profissional e tecnológica. A gratuidade do ensino enseja a dependência da instituição dos aportes financeiros repassados por seu órgão superior, ou seja, o Ministério da Educação (MEC), a quem está tecnicamente vinculado.

No encerramento do exercício de 2025, o caixa registrou uma variação negativa, em relação ao encerramento de 2024, de -57,61%, demonstrando que a movimentação líquida de caixa sofreu um decréscimo financeiro significativo, considerando a análise horizontal, passando de uma geração líquida de R\$ 10.072.982,16 (dez milhões, setenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos) reduzindo para uma geração líquida R\$ 4.269.634,27 (quatro milhões duzentos e sessenta nove mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos).

Nota 22 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Ingressos

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um importante indicador da extensão na qual as operações da entidade são financiadas. A tabela a seguir detalha os ingressos de caixa no exercício de 2025 comparativamente ao mesmo período anterior.

Comparativamente ao mesmo período anterior, os ingressos apresentaram evolução horizontal positiva de 10,02%, com lastro no aumento de 10,24% em Outros Ingressos Operacionais. As receitas próprias arrecadadas tiveram redução de 59,22%, variando o volume arrecadado conforme o tipo de arrecadação realizada ((2025 = R\$ 775.213,87 e 2024 = R\$ 1.901.186,06), com destaque para a Receita de Serviços, com redução de 59,05% e Outras receitas Derivadas e Originárias com 99,12%.

As transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 766.021.462,27 (setecentos e sessenta e seis milhões, vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos) representaram 99,16% do total dos ingressos e são decorrentes de repasses financeiros realizados diretamente do Ministério da Educação (Órgão Superior), evidenciando, desta forma, o grau de dependência da autarquia dos aportes financeiros do governo central para consecução de suas atividades finalísticas.

Desembolsos

Quanto aos desembolsos, no exercício de 2025, os gastos vinculados à Pessoal e Demais Despesas representaram 82,59% do total dos desembolsos. Tais desembolsos compreendem, principalmente, gastos vinculados à folha de pagamento do órgão, cuja ação do gestor sobre eles encontram limites em razão das imposições legais.

As transferências financeiras concedidas, que representam, majoritariamente, os sub-repasses da Reitoria para as unidades, apresentaram oscilação (acréscimo) de 3,96%.

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Nos termos dos incisos II e III do art. 8º, e seu § 4º, e o art. 9º, todos da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, da Macrofunção 020318. ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO (2025), em atendimento em atendimento ao Ofício Circular No 71/2025/GAB/SPO/SPO-MEC, consta a **Declaração Anual do Contador com Ressalva do Órgão 26429 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**, conforme segue:

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancetes e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis extraídos do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela NBC TSP – Estrutura Conceitual, bem como o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 11ª Edição (2024) válido a partir de 2025, da STN, a Macro função 020315 – Conformidade Contábil, sendo estes demonstrativos relativos ao exercício de 2025 do Órgão 26429 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, nesta forma os mesmo refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante:

Restrição 029 – Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB.

O Órgão chegou ao final do exercício com atraso na remessa consolidada do Relatório de Movimentação de Bens Móveis. Providências administrativas relatadas: Processo de migração e integração com o SIADS em desenvolvimento. O apontamento de falta e/ou atraso de remessa dos relatórios de bens móveis e almoxarifado é recorrente no órgão durante o exercício de 2025 e anteriores.

Restrição 315– Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão.

Diversos apontamentos de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão foram registrados no encerramento do exercício e nos antecedentes. Providências administrativas relatadas: Em andamento processo de capacitação e revisão das atividades laborativas estão em pauta. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão foi recorrente no órgão durante o exercício de 2025 e anteriores.

Restrição 318 – Não atendimento as orientações de órgão contábil ou setorial de contabilidade.

A restrição 318 foi registrada ao longo dos meses do exercício considerando que o órgão não realizou a implantação do SIADS (não atendimento ao of. Nº 38/2022 – MEC/SPO). Após a prorrogação do prazo para a implantação o registro da restrição

não foi utilizado. Providências administrativas relatadas: A implantação do SIADS está em andamento no órgão.

Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA.

O Órgão registrou saldos divergentes do Relatório de Movimentação de Almoxarifado, fato que tem se repetido em todos os exercícios. Providências administrativas relatadas: Parcialmente, as providências relatadas é o compromisso da administração em fazer um inventário especial para apurar e corrigir eventuais inconsistências de cunho físico x financeiro. O apontamento de saldo divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado é recorrente no órgão durante o exercício de 2025 e anteriores.

Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB.

O Órgão registra saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, fato que tem se repetido em todos os exercícios. Providências administrativas relatadas: Parcialmente, as providências relatadas é o compromisso da administração em fazer um inventário especial para apurar e corrigir eventuais inconsistências de cunho físico x financeiro através de comissão própria de servidores ou por meio da contratação de empresa especializada. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis foi recorrente no órgão durante o exercício de 2025 e anteriores.

Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado.

O Órgão registra evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. A depreciação de bens móveis foi integralmente estornada durante o exercício de 2023 devido as inúmeras inconsistências nos dados apresentados pelo sistema de patrimônio. Providências administrativas relatadas: Aguardando conclusão dos trabalhos da comissão de inventário especial para implantação do SIADS. O apontamento de evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado foi recorrente no órgão durante o exercício de 2025 e anteriores.

Restrição 696 - Passivo Orçamentário X Execução Orçamentária

A restrição 696 decorre de divergência temporária entre os registros do Passivo Orçamentário e a Execução Orçamentária da Despesa, identificada durante os procedimentos de fechamento contábil. A inconsistência foi ocasionada por registros pendentes de regularização relativos a restos a pagar e baixas de obrigações, não refletidos integralmente no passivo financeiro.

Foram iniciados procedimentos de conciliação entre empenhos, liquidações, pagamentos e inscrições em restos a pagar, visando ao saneamento das inconsistências identificadas, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP.

Restrição 772 - Controle DDR X Controle Orçamentário Liquidado

A restrição 772 decorre de divergência identificada entre os registros de Controle de Disponibilidade por Destinação de Recursos e os valores da despesa liquidada na execução orçamentária. A inconsistência foi ocasionada por divergências na vinculação de fontes de recursos durante registros de execução da despesa, as quais não foram refletidas integralmente nas contas de controle correspondentes.

Foram iniciados procedimentos de conciliação entre os registros orçamentários e os controles de destinação de recursos, com vistas à regularização dos saldos, em conformidade com o MCASP e a Lei nº 4.320/1964.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Goiânia, 03 de fevereiro de 2026.

(assinado eletronicamente)

Tomil Pereira Kikumori

Contador Responsável

CRC-GO 022142/O